

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo naquela época, o Sr. Pizzolato havia sustentado que o Sr. Gushiken influenciava diretamente os fundos. No caso da Previ, afirmava Pizzolato que Gushiken seria informado e daria opiniões sobre os assuntos antes que eles chegassem ao conhecimento do próprio Conselho do fundo.

Henrique Pizzolato também afirmara que o então presidente da Previ, Sérgio Rosa, teria lhe confidenciado que haveria "coisa de campanha" e "interesse político" nas negociações do fundo sobre a reestruturação do setor de telecomunicações. Na época, para os parlamentares da CPMI, ficou clara a ingerência de Gushiken nos milionários fundos de pensão.

Sobre os investimentos do Fundo de Previdência dos funcionários do BB, a Previ, Pizzolato afirmou que, apesar de ter sido presidente do Conselho Deliberativo da entidade, desconhecia investimentos do fundo de pensão no Banco Rural. Pizzolato afastou-se da Previ depois da denúncia de que teria mandado um contínuo sacar R\$ 327 mil de uma conta da DNA Propaganda no Banco Rural, em janeiro de 2004. Ele explicou que, como presidente do conselho, só interferia em aplicações superiores a R\$ 3,5 bilhões, limite que corresponde a 5% do total de recursos do fundo (R\$ 70 bilhões). "Abaixo disso, não tomava conhecimento", afirmou.

A imprensa, à época do depoimento de Pizzolato, noticiava fartamente que estava em curso o maior lobby feito por Marcos Valério no governo: a defesa dos interesses do banqueiro Daniel Dantas. O banqueiro queria submeter à sua vontade os fundos de pensão de empresas estatais sócios do Opportunity em telefônicas privatizadas (PREVI, PETROS E FUNCEF), que resistiam à operação. Segundo noticiava-se, para isso, o plano de Dantas e seus aliados no governo visava derrubar Sérgio Rosa da Previ, o mais rico e influente dos fundos, e instalar um nome simpático à transação que beneficiaria o banqueiro e prejudicaria os cofres públicos. Quem? Pizzolato estava entre os cotados.

Os fatos mencionados acima, somados a tantos outros desdobramentos relacionados, que levaram à condenação de Pizzolato e a investigações que se replicam até hoje envolvendo fundos de pensão de empresas estatais, demonstram a importância de esta CPI dos Fundos de Pensão tomar o depoimento do Sr. Henrique Pizzolato, para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de outubro de 2015.

Dep. Raul Jungmann
PPS/PE